

O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens



O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens




Expediente

Uma publicação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Com contribuições de Leandro Scalabrin e Luciana Ramos

Secretaria Nacional

Junho de 2011, São Paulo (SP)



Tentaram nos convencer que éramos divinas
E nos negaram os bens da terra
Tentaram nos convencer que éramos santas
E nos negaram o prazer da vida
Tentaram nos convencer que éramos escravas
E nos negaram a liberdade

Agora nos falam que somos mais competentes
E ganhamos menos por trabalho igual
Insistem que devemos ser poderosas
E brigamos com os companheiros

Somos simplesmente mulheres
E só isto já é uma imensidão
Mulheres do ventre à mente, unidas e conscientes
Juntando nossa luta, à luta da gente

(Afetividade e sexualidade, Consuelo Lins)

Sumário

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Apresentação..... | 05 |
| Barragens e violação dos direitos humanos..... | 07 |
| Mulheres no Brasil..... | 08 |
| Direitos humanos das mulheres atingidas por barragens: principais violações..... | 10 |
| a) A mulher atingida e o mundo do trabalho..... | 10 |
| Não reconhecimento do trabalho doméstico e do campo..... | 11 |
| Perda do trabalho gerador de renda..... | 12 |
| Não adaptação ao trabalho urbano..... | 13 |
| b) Participação política..... | 15 |
| Ausência e desqualificação das mulheres nos espaços deliberativos..... | 16 |
| Ausência de serviços básicos que viabilizem a mobilização e participação das atingidas..... | 16 |
| c) Relação com as construtoras..... | 17 |
| Conceito patrimonialista e patriarcal de atingido..... | 18 |
| Coação dos funcionários das empresas..... | 18 |
| d) Convivência familiar e comunitária..... | 19 |
| Perda dos vínculos com a comunidade..... | 19 |
| Quebra dos laços familiares..... | 21 |
| e) Prostituição: estudo de casos..... | 23 |
| Casos ocorridos na barragem de Jirau e Santo Antônio (RO)..... | 23 |
| Casos ocorridos nas Barragens de Campos Novos (SC) e Aimorés (MG)..... | 25 |
| f) Acesso à energia..... | 27 |
| A luta das atingidas..... | 28 |
| Reivindicações e propostas das mulheres atingidas por barragens..... | 30 |

Apresentação

A violação dos direitos humanos é recorrente na construção de barragens em todo o Brasil e, segundo o relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), “as mulheres são atingidas de forma particularmente grave e encontram maiores obstáculos para a recomposição de seus meios e modos de vida; [...] elas não têm, via de regra, sido consideradas em suas especificidades e dificuldades particulares”, e por isso “têm sido as principais vítimas dos processos de empobrecimento e marginalização decorrentes do planejamento, implementação e operação de barragens”.

Frente a este cenário, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), através desta cartilha, quer denunciar esta situação, aprofundar o debate sobre as conseqüências do modelo energético brasileiro na vida das mulheres e incentivar que, cada vez mais, as atingidas sejam protagonistas em processos de luta contra as barragens e pela garantia de seus direitos.

Para este trabalho, traremos alguns elementos da discussão que temos feito sobre o modelo energético e a questão de gênero. Além disso, apresentaremos denúncias veiculadas por meios de comunicação e feitas pelas próprias atingidas para a Comissão Especial “Atingidos por Barragens” e para militantes do MAB nos estados de Rondônia, Santa Catarina, Minas Gerais e Tocantins.

**Coordenação Nacional
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
Brasil**

Barragens e violação dos direitos humanos

Nos seus 20 anos de existência, o MAB busca compreender a serviço de que modelo de desenvolvimento são construídas as barragens no Brasil, a partir da elaboração do seguinte questionamento: Energia para quê e para quem?

Em nossa sociedade, a energia é utilizada pelas grandes empresas para acelerar a produtividade dos trabalhadores, com o objetivo de expropriar e acumular o máximo possível de lucro na mão dos grandes grupos privados. No Brasil, a energia elétrica é controlada principalmente por empresas transnacionais, que concentram 70% da distribuição e 30% da produção de energia elétrica no país. E cerca de 30% da energia das hidrelétricas é consumida por 665 grandes empresas.

No nosso país já foram construídas mais de duas mil barragens, que expulsaram mais de um milhão de pessoas de suas casas e terras, a maioria delas (70%) sem nenhum tipo de indenização. Atualmente, há um potencial de construção de mais 1.443 barragens, que poderão atingir em torno de um milhão de pessoas nos próximos 20 anos.

Segundo o relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) em outubro de 2010, o padrão vigente de implantação de barragens no Brasil “tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas conseqüências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e destruturação social, familiar e individual”¹.

1 O CDDPH é o órgão do Estado brasileiro equivalente à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão de Direitos Humanos da ONU. O conselho foi criado pela Lei Federal 4.319, de 16 de março de 1964, e tem competência para promover inquéritos, investigações e estudos para avaliar a eficácia das normas que assegurem os direitos da pessoa humana, inscrito no Constituição Federal, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), podendo receber representações com denúncias de violações dos direitos, apurar sua procedência e tomar providências cabíveis referentes a abusos dos particulares ou das autoridades por elas responsáveis.



Alagamento provocado pela barragem de Castanhão, no Ceará

Os atingidos por barragens vivenciam essa situação diariamente. A experiência de mais de 20 anos de organização tem revelado que existe, por parte do Estado brasileiro e das empresas construtoras de barragens, uma prática de ditadura que impõe sobre esta população uma brutal violência.

Apesar de todos os esforços dos trabalhadores para a construção de um novo modelo energético, que leve em consideração as necessidades da população e o respeito à natureza, o Estado, as empresas e as agências reguladoras permanecem reproduzindo práticas que contrariam o reconhecimento do direito das comunidades atingidas.

Mulheres no Brasil

A desigualdade entre homens e mulheres se expressa na menor disponibilidade de emprego para elas, na menor remuneração do trabalho, em níveis inadequados de saúde e bem estar, no trabalho doméstico não remunerado e muitas vezes não reconhecido, na participação reduzida nas decisões, na violência sexista e na exploração sexual.

As diferenças entre homens e mulheres não são apenas de “papéis” a cumprir na sociedade. Existe uma relação de dominação de um sexo pelo outro, no caso, a dominação dos homens sobre as mulheres. Essa dominação não é apenas ideológica ou cultural, ou seja, não pode ser mudada apenas com uma “mudança de mentalidades”. Ela possui uma base material, que é a divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2003).

Historicamente, foram determinadas práticas diferentes para homens e mulheres com valores distintos atribuídos a elas. Assim, aos homens coube o espaço público e o trabalho produtivo, enquanto as mulheres foram atreladas à esfera privada e ao trabalho reprodutivo. Essa divisão sexual do trabalho baseia-se em dois princípios:

- ▶ Separação: existem “trabalhos masculinos” e “trabalhos femininos”;
- ▶ Hierarquização: um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher.

Para legitimar essa divisão e ocultar seu caráter de dominação, recorre-se a explicações biológicas. Às mulheres cabe o trabalho doméstico e de cuidados porque elas são naturalmente mais delicadas, mais cuidadosas, “femininas”. O trabalho realizado por elas é visto como uma extensão de sua condição de mãe, feito “por amor” e sequer é visto como trabalho. Esconde-se assim que a divisão sexual do trabalho é construída socialmente por um processo de dominação e não produto de diferenças biológicas.

A divisão sexual do trabalho e a opressão das mulheres são anteriores ao capitalismo, mas foram apropriadas e aprofundadas por ele. O sistema capitalista necessita desse trabalho invisível e realizado gratuitamente pelas mulheres, pois ele garante que o trabalhador chegue ao serviço com roupa limpa e passada, alimentação preparada, etc, diminuindo os custos das empresas com o salário. Dessa forma, o trabalho feminino não pago serve para aumentar a produtividade do trabalho dos trabalhadores.

Por conta dessa divisão, quando as mulheres vão para o mercado de trabalho, seu salário é considerado um “complemento” à renda obtida pelo homem, justificando que até hoje as mulheres recebam menos por trabalhos iguais.

Desde o ano 2000, as mulheres são maioria na população brasileira. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), desde 2004, 30% dos lares brasileiros têm uma mulher como a principal responsável “pelo sustento da casa e da família” e, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), elas representam mais de 40% da população economicamente ativa do país.



João Zinclar

Ribeirinha trabalha na região do Médio São Francisco

Além disso, ainda de acordo com o IBGE, o salário mensal médio recebido pelas mulheres foi 20% menor que o dos homens ao longo de 2009. Enquanto os homens receberam R\$ 1.682,07 (3,6 salários mínimos da época), as mulheres ganharam R\$ 1.346,16 (2,9). O salário médio do brasileiro ficou em R\$ 1.540,59 (3,3 salários)².

De modo geral, isto ocorre porque os lugares (empregos e atividades) ocupados por mulheres são aqueles com maior precariedade (historicamente, as taxas de desemprego femininas são muito mais elevadas que as masculinas), menor vínculo empregatício (trabalho doméstico remunerado e não remunerado), e de menor prestígio e valorização social (trabalham principalmente no setor de serviços: magistério, comércio, hospedagem, alimentação, serviços técnicos de saúde, etc).

Outro modo pelo qual a desigualdade de gênero se manifesta é através do trabalho doméstico (não remunerado) que compromete o tempo livre das mulheres. A jornada semanal média de trabalho doméstico das brasileiras é de 29 horas e 21 minutos, somando-se o tempo dedicado a “serviços de limpeza, cozinhar, lavar e passar roupa” (17h44’), cuidado com crianças (10h) e com pessoas idosas ou doentes (1h37’), contra 8 horas e 46 minutos declarados pelos homens (ou 6h15’, segundo o relato das mulheres). Ou seja, a jornada semanal média de trabalho doméstico dos homens é de três a quatro vezes menor que a das mulheres.

Direitos humanos das mulheres atingidas por barragens: principais violações

As mulheres, que já sofrem com a opressão de gênero, são as mais afetadas pelas situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual causadas pela construção de barragens. Para ilustrar concretamente alguns dos efeitos das barragens na vida das mulheres, apresentaremos algumas situações emblemáticas, pois percebemos que as principais violações aos direitos das mulheres se dão nas esferas do trabalho e da participação política, na relação com as construtoras, na convivência comunitária e familiar, no acesso a serviços públicos e na sexualidade.

a) A mulher atingida e o mundo do trabalho

Um dos aspectos da violação dos direitos das mulheres em áreas de barragens diz respeito ao trabalho. Historicamente, coube às mulheres o trabalho doméstico e de cuidados com a família, além delas serem a maior parte da população no trabalho

2 Cadastro Central de Empresas, divulgado no dia 25 de maio de 2011 pelo IBGE.

informal e precarizado. Essas características são determinantes no agravamento da situação das mulheres atingidas. Com relação ao trabalho, as principais violações dos direitos das mulheres são:

Não reconhecimento do trabalho doméstico e do campo

Quando perguntada se trabalhava, uma mulher atingida pela barragem de Santo Antônio, em Rondônia, respondeu que não. Mas quando perguntada sobre suas atividades diárias, ela respondera:

“Eu trabalho na roça. Acordo, dou comida aos bichos, vou roçar, mas já deixo o feijão e a mistura no fogo, e volto para colher as verduras que o homem vende na cidade.”

Além de contribuir com a renda familiar a partir do trabalho no campo e com os trabalhos artesanais feitos nas horas “de descanso”, geralmente as mulheres assumem a totalidade do trabalho doméstico, essencial para a reprodução da vida. A semelhança do depoimento dessa senhora com a fala de muitas camponesas e donas de casa reflete o não reconhecimento pelas próprias mulheres dos afazeres diários como sendo um trabalho, principalmente porque não gera renda direta e porque são atividades que estão no rol de “suas obrigações enquanto mulher” e de seu “dom natural para o cuidado com a família”.

João Zinclar



Ribeirinha da região do alto São Francisco, em Ibiaí, Minas Gerais

No entanto, a limitação das mulheres ao trabalho doméstico não tem nada de natural: é construída historicamente e fundamenta a opressão das mulheres, pois as relega a um tipo de trabalho considerado distinto e inferior ao exercido pelo homem. A libertação das mulheres passa pelo reconhecimento e valorização de seu trabalho e é nesse sentido que consideramos o não reconhecimento desse trabalho como uma violação de direitos.

Perda do trabalho gerador de renda

De acordo com a Comissão Especial do CDDPH, “há numerosos casos de mulheres que perderam suas condições de trabalho e sobrevivência em virtude da barragem e da destruição da cidade”. É o que ilustra o depoimento a seguir, de uma atingida pela barragem de Aimorés, em Minas Gerais:

“Eu tinha um restaurante, servia comida para os operários, 550 marmitas no almoço, 400 e tantas no jantar. Meu restaurante foi interditado durante muito tempo. Reclamei com eles, porque os caminhões passavam e dava dois dedos de poeira. Lá sempre deu pra eu sobreviver... A assistente social deles fez vistoria, mas não me deu cópia. Eu queria ir na justiça, mas ela não deu, pois é funcionária do consórcio. Quando eu vim pra cá, proibiram de entrar no restaurante antigo. Disseram que tinha o fundo de comércio. Trouxeram minhas coisas do restaurante, pusemos num galpão que eu tive que construir de eternit. Perdi tudo, vendi meu carro, a comida estragou, roubaram uma parte do que eu tinha... Até hoje não tenho onde trabalhar. Pediram 35 mil reais para eu me instalar no Centro Comercial. To plantando uma horta pra tentar sobreviver. Cobrador na minha porta, meu nome na justiça... Fiquei sem água, sem luz, sem ter o que comer. Eu tinha uma vida boa e eles destruíram a minha vida. Entrei em depressão, quase morri com minha pressão subindo. O assistente social disse: “Ah Sonia, o consórcio não tem mais nada a ver com isso”. Então nem quero mais falar com ela. Para vários aconteceu a mesma coisa. Aqui em Nova Itueta não tem nenhum comércio.”³

3 A UHE Aimorés pertence ao Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés (CHA), formado pelas empresas Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) e Vale. As obras da barragem tiveram início em junho de 2001 e a operação da usina começou em julho de 2005. A formação do reservatório da usina ocasionou a total inundação da cidade de Itueta, sede do município de mesmo nome, e de parte de Resplendor. No total foram desapropriadas 623 propriedades, sendo 553 urbanas (destas, 318 eram em Itueta) e 70 rurais. A empresa então construiu a “Nova Itueta”, na qual inúmeras e variadas são as reclamações quanto à forma como foi conduzido o deslocamento e às condições de reassentamento da população.



Atingida pela barragem de Aimorés, Minas Gerais

Outra mulher, que perdeu sua atividade com a mesma barragem, relatou:

“Eu mexia com decoração de festa, coisa simples. Com o tempo fui melhorando. E o “X” <funcionário do Consórcio> disse que eu não tinha direito a fundo de comércio. Destruíram todas as decorações que eu tinha – 11 conjuntos. Eu já tive distúrbio aqui. Às vezes não tinha o que dar pra minha filha comer. Minha mãe também tinha um comércio. Deram 4 mil, e disseram pra ela que se não pegasse, não tinha nada.”

A maioria dos trabalhadores do setor informal ou semi-informal no Brasil é composta pelas mulheres, assim como ilustram esses exemplos das mulheres atingidas em Itueta. Esses trabalhos não são facilmente reestruturáveis em outras áreas quando ocorre o deslocamento forçado por causa da construção da barragem, pois são de baixa qualificação e fortemente dependentes de um vínculo com a população local. Além disso, os homens geralmente possuem o título de propriedade das terras, o que facilita seu reconhecimento como atingidos pelas barragens e o acesso a algum tipo de indenização. Como as mulheres não possuem esse reconhecimento, sofrem mais perdas econômicas.

Não adaptação ao trabalho urbano

Outro aspecto de grande relevância que não está sendo considerado pelas empresas é a não aptidão da maioria das atingidas para o trabalho urbano, já que boa parte delas são camponesas, vivem da terra e, quando deslocadas, vão para a periferia das cidades tendo que trabalhar em frentes de trabalho para as quais não foram preparadas.



Colheita de milho em reassentamento no Paraná

Além disso, boa parte das famílias são alocadas em vilas pré-montadas nas quais não podem plantar, pois não há espaço para isso. Dessa forma, as mulheres passam a procurar empregos domésticos, pois é o ofício que podem oferecer para aquele mercado, precarizando ainda mais sua força de trabalho.

A situação das mulheres que permaneceram no campo é tão grave quanto a situação das camponesas que vão para a cidade, pois elas perdem seu sustento, seus instrumentos de trabalho e passam a trabalhar em situações muito precárias, ou na informalidade, em casas de família como diaristas, a maioria das vezes sem os direitos trabalhistas garantidos.

Uma atingida pela hidrelétrica de Santo Antônio, que ao ser indenizada comprou uma chácara, relata:

“Eu preferi comprar uma chácara pois é disso que vivo. Mas não sei como vou fazer com o peixe, pois quando não tinha mistura nós saía pro rio e trazia peixe. Eu vou sentir muita falta de pescar e comer meu peixe fresquinho.”

b) Participação política

Mulher:

Se te ensinaram a ter uma voz macia,
A amar com paixão
A cuidar com carinho
Isso não precisa ser um problema
Mas se sua voz se cala
diante de outra mais forte
Se o amor vira submissão
E se o cuidado impede a luta
Nem que seja por um momento
Pode ser necessário gritar,
Odiar
E criticar com firmeza:

Por amor

(Lira Alli)



Marcha dos movimentos sociais em Brasília, no encerramento do Encontro Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens - Abril/11

Outro ponto que merece destaque quanto à violação dos direitos humanos das mulheres é a criação de um sentimento de não pertencimento à comunidade em resistência ao processo de implantação das barragens, uma vez que, geralmente cabe aos homens a tomada de decisão, já que são eles que participam das reuniões e negociam com os funcionários das empresas.

A ausência do sentimento de pertencimento das mulheres no processo político decorre de sua ausência no espaço público, que sempre foi majoritariamente masculino. A consequência disso é a negação às mulheres do status de cidadãs, de sujeitas de direitos, de porta vozes das suas demandas e das questões que afetam a sociedade como um todo.

Os construtores de barragens agravam intencionalmente esse problema, para dividir as comunidades atingidas e afastar as mulheres do processo de luta, pois sabem que elas possuem um papel fundamental no fortalecimento da comunidade e do processo de resistência.

Ausência e desqualificação das mulheres nos espaços deliberativos

Em muitas situações, as mulheres são excluídas dos espaços de decisão, inclusive por seus próprios companheiros. A presença nos espaços decisórios, quando acontece, não resolve o problema: quando perguntadas sobre sua participação, muitas dizem que vão às reuniões, mas que “os homens é que falam” ou ainda, que “elas podem falar, mas na hora de decidir a opinião delas não é levada em consideração”.

Uma mulher atingida pela barragem de Formosa, em Tocantins, afirma que:

“Lá em casa quem decide tudo é ele, né. Sobre o que vai plantar na roça e aonde vai plantar. A gente ajuda, mas não tem opinião.”⁴

A voz sufocada das mulheres é um processo histórico em uma sociedade patriarcal, que as considera menos capazes que os homens. Os homens, seus maridos, irmãos e pais não facilitam a participação das mulheres nas reuniões sobre a implantação da barragem, pois não as reconhecem como capacitadas para a atividade política.

Ausência de serviços básicos que viabilizem a mobilização e participação das atingidas

É comum que as comunidades atingidas estejam localizadas geograficamente mais distantes dos espaços urbanos, onde normalmente se realizam as reuniões, mobilizações e decisões políticas. Logo, as pessoas destas comunidades são mais prejudicadas por vários motivos, entre eles: falta de transporte público freqüente, péssimas condições das estradas, falta de energia elétrica nas casas (e, quando existe, geralmente é de má qualidade), inexistência de creches para as mulheres deixarem seus filhos, precariedade do atendimento básico de saúde, como postos e farmácias, ausência de programas de assistência técnica, entre outros.

Esses problemas afetam todos os atingidos, porém sabemos que as mulheres tem seus direitos violados de forma mais agressiva, pois são elas que tem que se dobrar para não deixar a família prejudicada na ausência dessas condições básicas de sobrevivência. Ou seja, acabam ficando em casa e não participam ativamente das ações.

4 Citação extraída do Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, de Judite Rocha: Discutindo sexualidade com as mulheres do projeto de assentamento formosa: saberes e discussões teóricas. Universidade Federal de Goiás - Faculdade de Educação. Convênio UFG/INCR/PRONERA.



Ribeirinha da Ilha da Ingazeira, médio São Francisco, Minas Gerais

Existem ainda situações mais graves, como um caso relatado na comunidade de Joana D'arc, atingida pela barragem de Santo Antônio, em Rondônia. Quando havia a necessidade de realizar uma mobilização para cobrar o recebimento da pauta dos atingidos e lutar para terem os direitos garantidos, a construtora da obra, Santo Antônio Energia, chegou ao extremo de fazer um acordo com as empresas de ônibus contratando todos os veículos para impedir que os atingidos se deslocassem de suas comunidades.

c) Relação com as construtoras

Muitas vezes, as mulheres são vítimas preferenciais de chantagens e pressão por parte das empresas construtoras e, outras vezes, não são consideradas como interlocutoras legítimas no processo de negociação. Além disso, por sua condição de dependência econômica com relação à família, acabam não sendo reconhecidas como atingidas e, por consequência, têm seus direitos negados.



Encontro Nacional do MAB em Curitiba, Paraná - Março/06

Conceito patrimonialista e patriarcal de atingido

No processo de implantação de barragens, o conceito de atingido implantado pelas empresas tem sido o territorial-patrimonialista. Neste caso, quem não for proprietário (das terras, casas, comércio, etc) está automaticamente descartado.

Historicamente, como decorrência do patriarcado⁵, as mulheres não costumam ter os títulos das propriedades, ficando sempre na dependência de seus companheiros. Ao não ter esses títulos, não são reconhecidas como atingidas e têm mais dificuldades para ter direito à indenização e ao reassentamento, o que reforça ainda mais sua posição de submissão.

Coação dos funcionários das empresas

Os funcionários e funcionárias das empresas construtoras reforçam a discriminação de gênero, pois também não consideram as atingidas por barragens.

⁵ A dominação do pai sobre a mulher e sobre os filhos (as) estabelece as bases para o que denominamos de Patriarcado – a lei do Pai –, entendido como o sistema de dominação e exploração sobre as mulheres. Nesse sistema, o poder do homem é construído em detrimento do da mulher, estabelecendo relações de hierarquia e desigualdade de gênero.

Quando chegam a uma casa perguntam pelo chefe da casa, pelo homem. Outra tática é apelar para questões sentimentais, como foi relatado em Rondônia: as assistentes sociais apelam para a maternidade, afirmando que “se as mulheres querem bem aos seus filhos, precisam aceitar a proposta da empresa”, ou que “elas têm que convencer os maridos a aceitarem a proposta da empresa, pois será melhor pra família”, em flagrante assédio moral às famílias e mulheres da comunidade.

Ou seja, em muitos casos, os funcionários das empresas agem de má fé, conforme relato de uma atingida pela barragem de Santo Antônio (RO):

“A assistente social diz pra gente aceitar a proposta da empresa porque a barragem e a empresa não são nossas inimigas. Querem trazer o progresso pra região e dar vida melhor pra gente. Dizem que vão dar casa na cidade e que lá é melhor que aqui. Que temos que convencer nossos maridos.”

Quando as mulheres são lideranças, que falam de igual pra igual com os funcionários e mobilizam a comunidade, a empresa logo se aproxima para sufocá-las, seja com aumento da oferta de indenização, para que saiam logo da região, seja dificultando o acesso às informações e o contato entre as comunidades, como também acontece em Rondônia.

d) Convivência familiar e comunitária

Além dos impactos ambientais e sociais, a perda da terra, dos postos de trabalho, do rio e da casa, as mulheres são vítimas de profundas perdas que vão para além do material, sofrendo graves problemas de depressão e desilusão associados à desestruturação de suas vidas e ao afastamento do convívio de parentes e amigos.

Perda dos vínculos com a comunidade

A perda dos vínculos com a comunidade é associada à perda da dinâmica social e de amparo entre as famílias, visto que muitas vezes os vizinhos servem como suporte para as dificuldades do dia-a-dia, seja na falta de alimento, seja para vigia de um filho menor, seja para cuidar dos animais, entre outras situações.



Moradoras de Correntina, na Bahia, região do médio São Francisco

A principal angústia apontada pelas mulheres atingidas pela barragem de Santo Antônio é a quebra da rede de assistência comunitária que ainda têm na comunidade Joana D'arc:

“Como vou fazer sem meu filho! Ele terá que sair da casa dele e eu ficarei. Mas sou viúva e quem cuida da roça é ele. Como farei? Quem vai me ajudar?”

Outra narra:

“Sou mãe solteira e tenho três filhos pra criar. Ela (outra atingida) aqui que olha meus filhos quando preciso vender as coisas. Ela vai sair, como será? Às vezes não tenho o que dar de comer aos meus filhos e ela quem ajuda!”

Não se pode desconsiderar o vínculo comunitário, cultural e solidário que essas pessoas estabelecem, que constituem verdadeiras redes de apoio familiar entre elas e serão destruídos com a chegada da barragem.

As mulheres são as principais prejudicadas na quebra dessa rede, pois a elas compete a guarda dos filhos e sustento, muitas vezes alicerçado pelas vizinhas e familiares.

Quebra dos laços familiares

O pessoal da empresa chegou
E disse que nada iria acontecer [...]
De repente uma surpresa
Os pais estavam revoltados
As mocinhas se arrumaram
Porque mais de quatro mil homens chegaram [...]
Algumas delas se envolveram
E ganharam vários juramentos
Disseram que tinham motos e carros
Muito dinheiro
E que entre eles ia dar casamento
Mas algo deu errado
Depois do envolvimento
A barriga começa a crescer e vem o sofrimento
Com o filho nos braços sem nenhum atendimento [...]
(Causa e consequência de uma barragem, Rosa Aguiar)

A desestruturação familiar provocada nas comunidades atingidas penaliza mais as mulheres que os homens, pois é sobre elas que historicamente recai a responsabilidade pelo bem-estar da família. Essa desestruturação ocorre de diversas maneiras, seja durante o processo de construção de barragens ou após o deslocamento forçado.

Em muitos casos de construção de barragens, as jovens atingidas se envolvem com os operários das obras, que migram de outras regiões onde já têm família. Essas jovens engravidam e arcam sozinhas (ou com a ajuda de outras mulheres, principalmente a mãe) com a criação dos filhos quando os operários retornam para suas regiões.



Atingidos pela barragem de Acauã, Paraíba

Quando as famílias são deslocadas para as cidades, a maioria dos jovens passa a viver a realidade das grandes periferias brasileiras, de violência, de acesso às drogas e de ausência do Estado para os serviços básicos. Em visitas de campo, pudemos perceber que os e as jovens da comunidade que ainda não tinham ido pra cidade tinham acesso à educação, alimentação saudável, convivência familiar e comunitária, o que não constatamos com as famílias que haviam sido realocadas e passaram a morar na vila construída para elas.

e) Prostituição: estudo de casos

Vilipendiada, esmagada.
Possuída e enxovalhada,
ela é a muralha que há milênios detém
as urgências brutais do homem para que
na sociedade possam coexistir a inocência,
a castidade e a virtude.
(Mulher da Viça, Cora Coralina)

Um dos elementos centrais para a análise da violação dos direitos humanos das mulheres é a crescente prostituição nas cidades que recebem as obras dos grandes projetos de barragens. Esta é uma questão delicada, por diversos motivos: primeiro, porque não podemos fazer um debate de criminalização dessas mulheres; segundo, porque precisamos questionar que Estado é esse que, pela ausência de políticas públicas para as mulheres, coloca muitas delas em situação de vulnerabilidade social e econômica, a ponto de se submeterem a situações gravíssimas de tráfico, cárcere privado e prostituição. Além disso, estas atividades sempre envolvem pessoas com influência econômica e política muito forte.

Todos os indícios levantados apontam para a existência de uma indústria da prostituição na construção de barragens, que possui estreita ligação com as empresas construtoras. O relatório da Plataforma DESCHA⁶ denunciou a existência de um “cartão fidelidade” em Jirau, no qual a construtora creditava mensalmente valores de até R\$ 600,00, fora da folha de pagamento, “para empregados que não faltam, não adoecem, não tiram férias e não visitam a família”. Segundo um sindicato da região, esse cartão é largamente aceito pelo comércio local, inclusive em clubes vinculados à prostituição.

Casos ocorridos na barragem de Jirau e Santo Antônio (RO)

Desde o início das obras das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, em 2008, milhares de mulheres de todo o Brasil migraram para a região em busca do dinheiro dos

6 Violações de Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira. Relatório Preliminar de Missão de Monitoramento, Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, Plataforma Dhesca Brasil, lançado em maio de 2011: www.dhescbrasil.org.br/attachments/449_2011_madeira_%20missao%20seguimento_revisao3.pdf

operários. Juntas, as usinas são o maior canteiro de obras em andamento do Brasil e uma das principais vitrines do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em dois anos, porém, Jaci Paraná (distrito de Porto Velho) se transformou num imenso mercado de sexo a céu aberto funcionando 24 horas por dia, onde mulheres e adolescentes são a principal matéria-prima. (...) E a proximidade entre os prostíbulos e o canteiro de obras da empreiteira Camargo Corrêa, a maior a atuar na construção da usina de Jirau, é impressionante. Da portaria do alojamento até os primeiros prostíbulos, a distância não chega a 1,2 mil metros. Um deles ganhou o apelido de “Usina do Amor”.⁷

Com a chegada dos operários para construir as barragens, o distrito de Jaci Paraná quadruplicou o número de habitantes: no período de pico da construção (fevereiro de 2011), as duas obras chegaram a empregar aproximadamente 40 mil trabalhadores, sendo 20 mil em Jirau e 20 mil em Santo Antônio. Os bordéis, que também se multiplicaram, todos em situação muito precária, ficaram lotados de homens à espera de uma mulher. Literalmente à espera, com o número de homens muito maior que o de mulheres oferecendo seus serviços.

Crimes de pedofilia e indução à prostituição se repetem em Santo Antônio e Jirau, na Amazônia, 40 anos depois da construção da Hidrelétrica de Itaipu. Esta barragem, construída na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, foi palco da primeira grande ocorrência desses casos, em função da migração de pessoas em busca de trabalho.

De acordo com o relatório da Plataforma DHESCA, Porto Velho registrou um aumento geral nos índices de violência após o início das obras. O número de homicídios dolosos cresceu 44% entre 2008 e 2010, a quantidade de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual subiu 18% e o número de estupros cresceu 208% entre 2007 e 2010.

Em Rondônia, a maioria das mulheres tem entre 13 e 17 anos e os “programas” com estas meninas e também com as mulheres adultas podem ser feitos por até 30 reais. Elas são “traficadas” de Rondônia, do Acre, do Amazonas e até da Bolívia com falsas promessas de emprego e ascensão social. Conforme reportagem do jornal A Crítica, de Manaus, muitas mulheres vieram de outros Estados atraídas pelo comércio do sexo:

⁷ Citação de reportagem sobre a prostituição na região onde está sendo construída a Usina Hidrelétrica de Jirau, publicada no Jornal A crítica, de Manaus.

Jaci Paraná é um antigo vilarejo de pescadores a pouco mais de 100 quilômetros da cidade de Porto Velho. Mas a chegada de quase 10 mil homens para a construção das usinas mudou a rotina de seus moradores. Dezenas de bordéis de madeira foram erguidos à beira da BR-364, disputando espaço com farmácias, açougues e igrejas. “Isso aqui virou um inferno. As mulheres se vendem em plena luz do dia. Tenho uma filha e tento protegê-la do jeito que dá”, diz a agricultora Maria Martins, 49, mãe de uma adolescente de 12 anos.

Essa é a preocupação das mães que têm filhas na região. Pelo relato de uma mulher que morava na vila dos atingidos de Nova Mutum, sua filha adolescente também vivia nos bares em Jaci Paraná:

“Ela quer saber de ir pra festa, sair à noite e ficar com os homens. A maioria das meninas da comunidade estão indo trabalhar nos bordéis, pois elas acreditam que podem encontrar um marido rico (operário) e ter uma vida melhor. A daqui já tem dois filhos de operário e nem sabe quem é o pai.”



Arquivo MAB

Marcha dos atingidos pelas barragens de Santo Antonio e Jirau, em Porto Velho, Rondônia

Casos ocorridos nas barragens de Campos Novos (SC) e Aimorés (MG)

Outro caso emblemático e que demonstra a situação de violência a que as mulheres estão sujeitas ocorreu na hidrelétrica de Campos Novos, em Santa Catarina, onde o fenômeno dos bordéis para atender aos operários se repetiu. Segundo testemunhas, em maio de 2005, na casa de prostituição “da Nega”, um homem sob efeito de cocaína e álcool matou três mulheres e um homem porque teria visto uma ex-companheira com outro.

A casa era rodeada por outros três pontos de prostituição, na região conhecida como “Aranhas”. Os moradores dizem que as mulheres começaram a chegar ao local quatro anos antes, quando iniciaram as obras da hidrelétrica, na qual trabalharam cerca de 1, 5 mil pessoas.

A mesma situação aconteceu na hidrelétrica de Aimorés, Minas Gerais, entre 2001 e 2006. O diretor do Instituto Veiga, uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) de Uberaba, relatou à Comissão Especial do CDDPH a situação dramática a que teriam sido lançados alguns jovens e crianças:

“Trabalho no centro de referência de Aimorés. Temos trabalhado com casos no Conselho Tutelar. Tenho casos de prostituição, crianças se vendendo a R\$0,50. Isso a partir da vinda de muitos trabalhadores. E não foi feito nenhum trabalho específico com essa juventude. Houve um aumento significativo do uso de drogas, e não foi feito nenhum trabalho de prevenção. Nossa juventude está sem perspectiva. Eles prometeram que havia emprego, mas não treinaram ninguém. Então não tem emprego.”

Acompanhando o mercado da prostituição está o tráfico de pessoas, o tráfico e consumo excessivo de drogas, freqüentemente usadas para fugir das agressões e traumas que o sexo violento traz e as doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS.

f) Acesso à energia

Além de todas as violações decorrentes da construção de barragens, podemos apontar outra que deriva das contradições do modelo energético. No Brasil, mais de 30 milhões de pessoas não tem acesso à energia elétrica em suas casas.

O trabalho doméstico feito pelas mulheres em casas sem eletricidade é mais árduo, pois as elas acabam gastando mais energia humana para suprir a falta desta tecnologia, que pode facilitar o trabalho. Precisam buscar água longe da casa, aquecer água para o banho da família, preparar os alimentos a cada refeição, pois não há possibilidade de conservá-lo. Além disso, sem energia, a maioria destas populações tem dificuldades de acesso aos meios de comunicação como, rádio, televisão, telefone.

Por outro lado, as famílias brasileiras pagam hoje a quinta maior tarifa de energia elétrica do mundo, dando às empresas um lucro extraordinário, já que o preço da energia é baseado no valor do petróleo. Além disso, a energia é mais cara para o consumidor comum que para as grandes empresas. Por exemplo, a VALE paga três centavos por kW, enquanto o consumidor residencial paga por volta de R\$ 0,50, ou seja, cerca de 15 vezes mais. Com isso, muitas mães diminuem a comida da mesa dos filhos para poder pagar a tarifa da energia todos os meses.



João Zinclar

Moradora do Cerrado Baiano, região do médio São Francisco

A luta das atingidas

O homem chega e já desfaz a natureza
Tira a gente põe represa, diz que tudo vai mudar [...]

Debaixo d'água lá se vai a vida inteira
Por cima da cachoeira o Gaiola vai sumir
Vai ter barragem no salto do Sobradinho
E o povo vai se embora com medo de se afogar
(Sã e Guarabira, Sobradinho)

A música popular sinaliza que na construção de uma barragem ou represa, é o “homem”, e não a mulher, quem “chega” e “desfaz” a natureza para tirar a “gente”, apontando uma desigualdade hierárquica: os homens decidem sobre a construção das hidrelétricas. Porém, depois de 20 anos de lutas e conquistas dos atingidos e atingidas no Movimento de Atingidos por Barragens, não é mais verdade que diante de uma obra “o povo vai se embora com medo de se afogar”. O povo se organiza e luta contra as barragens e são as mulheres as que mais lutam, não permitindo que suas vidas sejam destruídas.

A índia Tuíra é uma destas mulheres. Em 1989, foi realizada uma audiência pública pela Eletronorte para discutir a construção da usina Kararaô (atual Belo Monte), que causaria profundos impactos ambientais e aniquilaria as condições de vida dos kaiapós. Durante a reunião, enquanto os guerreiros kaiapós gritavam “Kararaô vai afogar nossos filhos!”, a índia Tuíra tomou a iniciativa, enfrentou o então presidente da Eletronorte, José Muniz Lopes, e o alertou que a garra e a coragem das mulheres não per-



Índia Tuíra na audiência pública sobre a barragem de Kararaô, em 1989

mitiriam mais um holocausto, encostando a lâmina do facão em seu rosto. Esse ato simbólico contribuiu para interromper o projeto da usina durante dez anos e fez com que o Banco Mundial suspendesse o financiamento da obra.

Apesar de estarem imersas nestes processos hierárquicos e desiguais que as impedem de obter os bens que necessitam para viver, as mulheres atingidas, como Tuíra, têm forte resistência em deixar suas casas, vidas e territórios: abandonar jamais, pelo menos, não sem antes lutar. Lutam lado a lado com os homens em processo organizativos nos quais superam os preconceitos que historicamente norteiam a organização patriarcal.

A luta das mulheres no MAB tem dado resultados, ainda que insuficientes, em algumas regiões. No sul, por exemplo, uma conquista do Movimento foi o reconhecimento da força de trabalho da mulher para a quantificação da área de terra no futuro reassentamento. Este fato comprova a afirmação da CDDPH de que a situação dos atingidos e atingidas só não é pior em função da luta e organização do MAB.

Outra prova disto é que, se no 1º Encontro Nacional de Atingidos por Barragens, em 2003, as mulheres representavam apenas 25% dos participantes, no 2º Encontro Nacional, em 2006, elas representavam 40%, participando ativamente das atividades em grupo e também como responsáveis pelas coordenações regionais do MAB (SILVA, 2007, p. 163). Como prova de que a organização das mulheres atingidas por barragens tem aumentado em número e qualidade, em 2011, ocorreu o 1º Encontro Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens, com presença de 500 mulheres vindas de 16 estados.

Reivindicações e propostas das mulheres atingidas por barragens



Enquanto seguirmos no sistema atual, as coisas serão sempre assim.

Por isso me parece muito importante que os revolucionários ganhem a primeira batalha no nosso lar. E a primeira batalha a ser ganha é a da participação da companheira, do companheiro, dos filhos, na luta da classe trabalhadora, para que este lar se transforme numa trincheira intransponível para o inimigo.

(Se me deixam falar..., Moema Viezzer)

Para a garantia de respeito dos direitos humanos das mulheres atingidas por barragens, cabe aos órgãos públicos responsáveis pela construção de hidrelétricas e as empresas implementarem as recomendações formuladas pela Comissão Especial do CDDPH específicas para as mulheres:

- ▶ Que o IBAMA e órgãos ambientais licenciadores nos estados exijam que os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental contemplem a identificação, qualificação, mensuração e registro sistemático das mulheres atingidas, suas especificidades e necessidades especiais;

- ▶ Que o IBAMA e órgãos ambientais licenciadores nos estados exijam que os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental contemplem a concepção, a elaboração e a implementação obrigatória de programas e projetos específicos para mitigar, reconstituir, repor, indenizar e compensar as perdas das mulheres atingidas por barragens;
- ▶ Que, em todas as circunstâncias, as prefeituras e governos estaduais, no âmbito de sua competência, assegurem a todas as mulheres atingidas por barragens a imediata e adequada assistência para enfrentar a nova realidade instaurada pelo empreendimento, cabendo os custos ao empreendedor;
- ▶ Que as mulheres atingidas por barragens tenham assegurada ampla participação em todas as etapas dos processos de planejamento, implantação e operação de empreendimentos.

Pela garantia dos direitos, as mulheres precisam se organizar e lutar, tanto para ter influência e garantir participação no Movimento, quanto para consolidar seus direitos sociais, econômicos, políticos e culturais no conjunto da sociedade.



Arquivo MAB

Marcha dos movimentos sociais em Brasília, no encerramento do Encontro Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens - Abril/11

Com o objetivo de fortalecer a participação política das mulheres e garantir o reconhecimento delas como sujeitas de direitos, propomos:

- ▶ Que seja criado um Grupo de Trabalho coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, para diagnosticar a situação de violência contra as mulheres atingidas;
- ▶ Que o Governo crie um Grupo de Trabalho com a participação do MAB, junto ao sistema Eletrobrás, para criar critérios e políticas de tratamento das populações atingidas. Junto a isso, que sejam criadas mediadas e direitos iguais de tratamento para as mulheres atingidas;
- ▶ Que o Estado crie políticas públicas para atender as mulheres atingidas, para garantir o acesso à informação, à participação e às condições para enfrentarem as situações de violações dos direitos humanos;
- ▶ Que o Estado, através do Ministério da Saúde, crie um programa para fazer um diagnóstico mais apurado dos casos de doenças nas populações atingidas vulneráveis, bem como para o acesso ao tratamento adequado e prevenção;
- ▶ seja assegurado o direito de ir e vir das mulheres e de seus familiares na luta por seus direitos;
- ▶ Que no MAB, cada vez mais, sejam criados os espaços e mecanismos para proporcionar e impulsionar a participação efetiva das mulheres.

As mulheres atingidas, sujeitas de sua história, têm muitas e importantes tarefas pela frente. Além de ter, elas próprias, que construir novas relações entre homens e mulheres, é necessário lutar por mudanças estruturais de nossa sociedade que incluam um Projeto Popular para o Brasil e um Projeto Energético Popular.

Viva a luta das mulheres!
Mulheres, água e energia não são mercadorias!

Produção:



Brasil
ÁGUAS PARA VIDA
NÃO PARA MORTE!

Apoio:

